

ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO 02/DGFM/2015

O Ministério da Saúde, através da Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento, faz público que ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 34/2007, de 24 de Setembro, conjugado com a portaria nº 32/2007, de 15 de Outubro, se encontra aberto, por um prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente anúncio no Boletim Oficial, concurso público para licenciamento de 1 (uma) farmácia no concelho da Brava, cidade de Nova Sintra, ilha da Brava.

1. REQUISITOS DE CANDIDATURA

Constituem requisitos de candidatura, além dos constantes da lei geral para a autorização de abertura de novas farmácias e o respectivo processo de licenciamento, os seguintes:

- a) Requerimento de candidatura formalizado nos termos do disposto no nº 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 34/07, de 24 de Setembro e dirigido à Directora Geral de Farmácia e do Medicamento, contendo dados relativos à identificação dos concorrentes, à sua residência actual, à sede social, o respectivo número de identificação fiscal, e actividades específicas a serem incluídas no licenciamento, nomeadamente a produção de medicamentos manipulados e o seu fraccionamento;
- b) Toda documentação referida no nº 3, alíneas a) à f) do artigo 12º do diploma legal atrás citado, a seguir indicada:
 - Curriculum Vitae do Director Técnico e respectivos documentos comprovativos;
 - Fotocópia do Bilhete de Identidade do concorrente ou de todos os sócios da sociedade concorrente;
 - Certificado de registo criminal do farmacêutico e de todos os sócios, pessoas singulares, da sociedade concorrente;
 - No caso de o concorrente ser uma sociedade, certificado de existência legal das sociedades sócias dessa sociedade concorrente;
 - Pacto social ou estatutos da sociedade concorrente; e

- Atestado de residência do director técnico do qual conste o tempo de residência, se for o caso, no conselho onde vai ser instalada a farmácia.

2. ENTREGA DAS CANDIDATURAS

As candidaturas acompanhadas da documentação exigida nas alíneas a) e b) do ponto 1 deste anúncio, encerradas em envelope lacrado, podem ser entregues na Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento – Ministério da Saúde, Palácio do Governo, ou remetidas pelo correio registado e com aviso de recepção, através da Caixa Postal nº 47 – Praia, tomando-se como data da entrega, neste último caso, a data do carimbo dos Correios de Cabo Verde.

Ao abrigo de Decreto-Lei nº 39/2008 de 24 de Novembro, os candidatos devem no acto da entrega das candidaturas procederem ao pagamento de uma taxa relativa a análise das candidaturas ao concurso no valor de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos).

3. EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS

Serão excluídas as candidaturas que derem entrada fora do prazo estabelecido neste anúncio ou em cujo processo se regista falta, deficiência ou irregularidade dos documentos exigidos.

Não serão aceites requerimentos de candidatura que não estejam redigidos em língua portuguesa ou contenham emendas, rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

4. INCOMPATIBILIDADES

Nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 34/07, de 24 de Setembro, não podem participar do concurso as seguintes entidades e profissionais:

- a) Os profissionais de saúde prescritores de medicamentos;
- b) As empresas da indústria farmacêutica;
- c) As empresas de distribuição grossista de medicamentos;
- d) As empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde;
- e) Os subsistemas que participam no preço de medicamentos;
- f) Os indivíduos que exerçam funções de direcção ou gestão nas empresas ou instituições referidas nas alíneas b) a e).

5. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Constituem critérios de classificação dos candidatos os seguintes:

- a) A experiência profissional do director técnico, no sector público ou privado e em farmácia hospitalar ou de oficina;
- b) Formação contínua e comprovada do director técnico na área farmacêutica e em outras áreas relevantes para a sua profissão;
- c) Residência do director técnico no concelho onde vai ser instalada a farmácia;

6. JÚRI DO CONCURSO

O Júri do concurso foi nomeado por despacho da Ministra-adjunta e da Saúde, de 10 de Dezembro de 2014 e tem a seguinte composição:

a) **Presidente:**

Dra. Ângela Silvestre – Farmacêutica, Directora Geral da Farmácia e do Medicamento

b) **Vogais:**

Dr. Tomás Valdez – Médico, Presidente da Região Sanitária de Santiago Norte

Dra. Nélida Cabral – Farmacêutica ARFA

c) **Vogais Suplentes:**

Dra. Sandra Andrade – Assessora jurídica da DGPOG

Dra. Ester Gonçalves – Farmacêutica da DGFM

7. COMPETÊNCIAS DO JURI

São as seguintes as competências do Júri, entre outras previstas na lei:

- a) Apreciar a regularidade dos processos da candidatura;
- b) Proceder à admissão e exclusão dos concorrentes;
- c) Elaborar a lista dos concorrentes admitidos e excluídos;
- d) Proceder à classificação final dos candidatos bem como à sua ordenação na lista de classificação final.

- e) Submeter a lista de classificação final do concorrente à atribuição de alvará para abertura de farmácia à S. Excia. Ministra-adjunta e da Saúde para homologação.

8. LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA

Em tudo quanto não venha especialmente previsto no presente regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, a legislação vigente sobre concursos.

Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento, 30 de Março de 2015

A Directora Geral

/Dra. Ângela Silvestre/

